SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Localcred

Atenção

Trabalhadores/as da Localcred

Assembleia quinta-feira, dia 20

A assembleia será feita em dois horários: às 13h às 16h30

No auditório do Sinttel-ES (Rua Barão de Monjardim, 251, Centro, Vitória) às 13h às 16h30. Compareçam!

Nesta quinta-feira, dia 20 de agosto, haverá assembleia para avaliar a proposta da empresa para o acordo coletivo de 2015/2016.

Você, trabalhador e trabalhadora da Localcred, têm um compromisso importante que é analisar e decidir o que é melhor para você e os demais companheiros, quanto ao reajuste salarial e nos benefícios, que a empresa oferece em contrapartida ao trabalho prestado.

É bom lembrar que o que for decidido na assembleia, vale para todos, mesmo aqueles que não comparecerem. Portanto, se a proposta for aprovada, por exemplo, será o que todos vão receber durante os próximos meses, até que um novo acordo seja firmado. Então não deixe que os seus colegas decidam por você.

O Sinttel-ES realizará assembleia, no seu auditório às 13h e às 16h30 para facilitar a participação de todos/as os/as trabalhadores/as.

Se você é do turno da tarde, chegue mais cedo e participe da assembleia das 13h. Se você é da turma da manhã, a assembleia será no final do expediente. O voto é secreto e será contado na assembleia das 16h30.

A data base é 1° de Maio, portanto, todos os reajustes e benefícios retroagem à essa data.

A Campanha Salarial é um momento especial. É nessa hora que vamos buscar uma nova relação com a empresa, onde deve imperar o respeito mútuo e o atendimento das reivindicações.

Proposta da Localcred para o Acordo Coletivo 2015/2016

- Piso Salarial: R$ 853,72
- Reajuste Salarial: 8,34%
- Vale Refeição 6 horas: R$ 10,30
- Vale Refeição 7h12m e 8 horas: R$ 13,00
- Auxílio-Creche: R$ 152,00
- Manutenção da Data Base no mês de Maio
- Diferença Salarial referente aos meses de Maio, Junho e Julho: parcelada em 5 vezes.

É hora de avaliar a proposta da empresa. Compareça, pois é o reajuste do seu salário que estará sendo definido.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Outras questões negociadas com a Localcred

A proposta apresentada pela empresa para avaliação dos empregados diz respeito às cláusulas econômicas do acordo. Reajuste, Piso Salarial, Tíquete, Auxílio-creche, por exemplo.

Mas existem pendências administrativas que foram discutidas dentro da negociação coletiva. Veja:

Na assembleia de definição da Pauta de Reivindicações, feita no dia 11 de maio de 2015, os/as trabalhadores/as da Localcred trouxeram problemas como diferenças salariais e de benefícios, jornada de trabalho, reajuste abaixo da inflação do período em 2014, entre outros.

O Sinttel-ES vem conversando com a empresa sobre esse tratamento diferenciado, e afirmando que é preciso fazer mudanças, pois não pode ter dois pesos e duas medidas para trabalhos iguais e na mesma função. Isso causa constrangimento e revolta, pois discrimina.

Diante disso, ainda estão pendentes os seguintes pontos:

1) REAJUSTE DO PISO SALARIAL 2014 que foi corrigido com índice menor que a inflação acordado com o Sindicato anterior, o Sindicob. Sobre esse ponto, o Sinttel só vai se posicionar com a empresa, depois da audiência que está marcada para acontecer no Ministério Público do Trabalho, no dia 22 de setembro, a partir de uma denúncia que foi feita antes mesmo de começar a negociação.

2) JORNADA DE 6:00 E 7:12 HORAS - Tem causado muitas insatisfação e reclamações. O Sinttel cobrou da empresa, a definição de critérios e transparência. Neste sentido a empresa se comprometeu em a partir da solicitação dos/as empregados/as analisar a possibilidade de fazer a troca do horário, mesmo para aqueles que já foram admitidos para a jornada de segunda a sexta-feira. Isso só poderá dser feito se coincidir com a troca também da carteira. Desta forma, aqueles que optarem pela alteração da jornada, saibam que deverão trabalhar todos os sábados, ou, se por liberalidade da empresa, ela não exigir.

3) DESCONTO DE 6% PELO VALE-TRANSPORTE - A empresa concorda, a partir da assinatura do Acordo Coletivo, descontar 6% sobre o salário fixo, não levando em consideração o recebimento de comissões, percentagens ou gratificações

4) SUBSTITUIÇÃO DO VALE-TRANSPORTE POR DINHEIRO

A empresa se compromete a adotar o cartão do vale-transporte deixando de pagar em dinheiro, a partir de novembro. Mas até que a mudança seja implantada, a empresa vai estudar um forma de fazer os depósitos do valor cheio, para permitir que os/as trabalhadores/as possam sacar no caixa eletrônico. Da outra forma poderão fazê-lo no caixa do banco.

5)RESSALVAS NAS HOMOLOGAÇÕES

A empresa se compromete em analisar as ressalvas nas homologações das rescisões de contrato (acertos de contas quando da demissão) em até 07 dias úteis. Caso a ressalva seja procedente, o pagamento das possíveis diferenças será feito no último dia útil do mês.

CANAL DE VOZ
Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.
Tel.: (27) 3223.4844
Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória – ES
www.sinttel-es.org.br
sinttel@sinttel-es.org.br

Responsabilidade Editorial: A diretoria
Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda
Tel.: (27) 3084-5666
Jornalista: Tânia Trento (MTE-ES 341/86)
Gráfica Ita
(27) 3222-2499

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - Instituto Telecom

Telefônica estima Capex mínimo de R$ 25 bilhões entre 2015 e 2017

Em comunicado enviado ao mercado nesta terça, 18, a Telefônica Brasil estima que a soma dos investimentos previstos para o triênio 2015-2017 não deverá ser inferior a R$ 25 bilhões, "em linha com a sua estratégia de garantia de qualidade na prestação dos serviços".

A previsão de Capex para 2015 é de R$ 8,4 bilhões. Vale observar que, segundo relatório financeiro do primeiro semestre da Telefônica, operadora havia investido R$ 3,824 bilhões no acumulado do ano até junho. Restariam assim ainda R$ 4,576 bilhões a serem investidos entre julho e dezembro deste ano. No primeiro semestre, quase a totalidade dos investimentos se destinou às redes: R$ 3,337 bilhões, com o objetivo de ampliar a capacidade 3G, expandir a cobertura 4G e aumentar a infraestrutura de transmissão.

Para 2016, a previsão do grupo espanhol é investir outros R$ 8,8 bilhões no Brasil, estimando então o mínimo de R$ 7,8 bilhões para 2017. A Telefônica reiterou, contudo, que os montantes estimados estão ainda sujeitos a aprovação do conselho de administração da empresa e a "alterações diante de eventuais mudanças no ambiente de negócio e macroeconômico".

19/08/2015 - Instituto Telecom

Amos Genish informa pessoalmente ao governo investimentos de R$ 25 bilhões

O presidente da Telefônica/Vivo, Amos Genish, esteve nesta terça-feira, 18, com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini. Segundo o executivo, esta foi a primeira visita oficial ao ministério após sua indicação à presidência do empresa. Ele disse que fez questão de comunicar, pessoalmente, os investimentos previstos pelo grupo no Brasil entre 2015 e 2017, de R$ 25 bilhões.

Em comunicado divulgado hoje, o grupo prevê Capex de R$ 8,4 bilhões em 2015, em linha com a estratégia de garantia de qualidade na prestação dos serviços. A Telefônica/Vivo é líder no mercado de telefonia móvel. Para 2016, a estimativa de investimentos é de investir mais R$ 8,8 bilhões no Brasil, e o mínimo de R$ 7,8 bilhões para 2017.

Genish disse que a empresa está avaliando sua participação no leilão das sobras, que deve ser realizado pela Anatel em outubro ou novembro deste ano. E que os investimentos projetados reafirmam a confiança do grupo no País, mas não nega a possibilidade de rever números "diante de eventuais mudanças no ambiente de negócio e macroeconômico", como expresso no comunicado.

Antes do encontro com Berzoini, o executivo visitou os principais líderes do Congresso Nacional.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/08/2015 - Instituto Telecom

Anatel coloca edital do leilão de sobras em consulta pública

A Anatel abriu nesta terça-feira, 18, a consulta pública da proposta de edital do leilão das sobras das frequências de 1,8 GHz, 1,9 GHz, 2,5 GHz e 3,5 GHz. A licitação deve ocorrer entre outubro e novembro deste ano e vai beneficiar, principalmente, pequenos provedores de Internet ou grandes operadoras entrantes. As contribuições devem ser feitas até o dia 2 de setembro. Antes disso, a agência promoverá audiência pública sobre o tema, em Brasília.

O modelo proposto prevê quatro tipos de lotes, sendo que dois deles serão vendidos por município e com a fórmula de licitação e cálculo do preço mínimo diferentes das usadas pela agência, com o objetivo de favorecer a participação de pequenos provedores.

Entre os lotes que serão leiloados está o da faixa de 1,8 GHz em FDD que pertenceu à Unicel, com 15 MHz + 15 MHz de extensão em São Paulo e demais sobras. O cap para esse lote é de 25 MHz + 25 MHz por faixa. Ele será vendido pela forma tradicional, presencial e com repique; e serão exigidas garantias. Entre as operadoras estabelecidas, essa faixa somente poderá ser disputada pela Nextel e Algar, mas nada impede que uma entrante possa disputar.

O segundo lote é formado pela faixa de 1,9 GHz também em FDD, com extensão de 10 MHz + 10 MHz. O cap é de 60 MHz e será leiloado por área de registro (DDD) e complementos, na forma tradicional de leilão, com exigência de garantias.

Já o terceiro lote é formado por 5 MHz da faixa de extensão de 1,9 GHz em TDD. Todas as operadoras podem comprar. No mesmo lote está a faixa de 2,5 GHz, também em TDD, com extensão de 15 MHz e 35 MHz nas bandas de T e U, respectivamente. O cap é de 50 MHz, mas operadora que detém essa faixa em FDD não pode participar.

O leilão desse tipo de lote terá âmbito municipal, por maior preço e sem possibilidade de repique. Os participantes estarão dispensados de oferecer garantias. O mesmo modelo será usado no quarto tipo de lote, que é composto da faixa de 3,5 GHz, também em TDD, com extensão de quatro bandas de 10 MHz. O cap para esse lote é de 20 MHz.

Paralelamente à consulta pública, a Anatel iniciará as conversações com o Tribunal de Contas da União (TCU) para definição do preço mínimo dos lotes. Esses valores serão conhecidos quando da publicação final do edital.

Desvinculação de frequências

Também nesta terça-feira, 18, a agência abriu a consulta pública da proposta de alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1,800 GHz, 1,900 GHz e 2,100 GHz. A mudança da norma é imprescindível para a realização do leilão de sobras.

Isto porque, na forma atual, o regulamento define que as faixas de 900 MHz e 1,8 GHz fazem parte do mesmo bloco, o que inviabilizaria a venda de uma delas separadamente. Além da desvinculação das frequências, a proposta visa elevar a eficiência da alocação do recurso. As contribuições a esta consulta também devem ser feitas até o dia 2 de setembro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/08/2015 - Carta Capital

Datafolha: elite branca era maioria esmagadora na Paulista

Neste 16 de agosto, a elite branca mais uma vez destilou na Avenida Paulista um veneno bastante conhecido dos pobres.

Às vezes dizer o óbvio tem a sua importância. As pessoas que participaram das manifestações no último dia 16 de agosto não são idênticas. Nas ruas, havia de tudo. Pobres e ricos, brancos e negros, trabalhadores e patrões. É fato que a insatisfação desceu. Cabe à esquerda compreendê-la e oferecer saídas. Mas daí a concluir que o "povo" tomou as ruas é um grande equívoco.

O que predominou no domingo?

De início, é importante notar que os extremistas, entusiastas da ditadura e defensores da "intervenção militar constitucional", representam uma minoria. A maioria não parece fechar com suas ideias, embora não faça o menor esforço para contestá-las, antes dando-lhes guarida e abrigo.

Todavia, ao contrário do que os patrocinadores das manifestações alegam, também o povo figurou em minoria nas ruas no último dia 16 de agosto.

A tabela abaixo, divulgada pelo insuspeito Datafolha, não deixa dúvida de que, na Avenida Paulista, predominava a elite branca, repetindo o quadro de abril e de março, como notou na época o também insuspeito jornalista Fernando Canzian: "Os que foram à rua em São Paulo pareciam muito representativos dos ricos" (15/03/2015).

Por que a elite branca protesta?

Seria útil se o Datafolha incluísse em sua pesquisa perguntas que oferecessem um perfil mais detalhado dos manifestantes, que incluisse suas opiniões e atitudes em relação aos pobres. Ajudaria muito a explicar as razões profundas das manifestações. Mas talvez o grupo Folha de S. Paulo não tenha interesse nisso.

É certo que, entre as pessoas de maior renda, nem todos são necessariamente o tipo de gente que pensa "esse aeroporto está parecendo uma rodoviária". Há sempre exceções. Contudo, inúmeras pesquisas têm mostrado que predomina na classe média tradicional - isto é, na elite branca - uma forte insatisfação devido à perda relativa de prestígio e status fruto da mobilidade social promovida pelo governo Lula.

São pessoas que não aceitam qualquer fissura na cultura senhorial legada de nossa formação social escravocrata, por mais tíimida e modesta que seja. É o tipo de gente que até gosta da empregada doméstica, desde que ela "fique no seu lugar". Mas como agora a empregada doméstica "está ficando folgada", sobrou para Lula, Dilma e o PT.

Embora a corrupção mereça ser alvo de protestos - cabendo ao PT uma dura autocrítica na prática -, para a maioria a operação Lava Jato foi o pretexto. Não que a maioria não queira o fim da corrupção, mas querer isso e votar em Aécio Neves não é exatamente sinal de coerência.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Perfil dos participantes da manifestação de 16 de agosto na Avenida Paulista

Faixa de renda familiar	Percentual dos manifestantes	População de SP (Datafolha, março de 2015)
1. Até R$ 1.576	6,20%	27%
2. De R$ 1.576 até R$ 2.364	8,19%	21%
3. De R$ 2.364 até R$ 3.940	13,28%	21%
4. De R$ 3.940 até R$ 7.880	25,09%	18%
5. De R$ 7.881 até R$ 15.760	25,17%	7%
6. De R$ 15.760 até R$ 39.400	14,39%	2%
7. R$ 39.400 ou mais	2,88%	0%
8. Não sabe/não fala	4,80%	

Fonte: Datafolha (margem de erro: 3% para cima ou para baixo)

Não é o vago desejo de um país livre da corrupção que os move neste momento. Se assim fosse, o Datafolha teria revelado outro quadro. Os pobres também querem o fim da corrupção e, mais uma vez, abstiveram-se de misturar-se com os ricos na avenida. Os pobres não sentem ódio do PT por causa, por exemplo, do Mais Médicos; os ricos, sim.

Os pobres estão descontentes e decepcionados com Dilma, e com razão, mas daí a supor que eles não têm discernimento é outro equívoco, dessa vez banhado de preconceito. Os pobres intuem com aguda clareza que, por trás do ódio ao PT e aos dois mandatários presidenciais, esconde-se na verdade um profundo e arraigado ódio contra eles próprios.

Por mais que "elite branca" tenha se tornado um bordão na boca da esquerda, de modo que alguns jornalistas e ativistas da direita já começam a ironizar, o que importa é que os de baixo percebem a existênca de uma elite branca e sabem que ela os odeia. Sabem porque, afinal, trata-se de um ódio que se manifesta diária e cotidianamente. Experientia docet.

Nesse sentido, fotos e vídeos das manifestações são extremamente instrutivas. Sobretudo aquelas imagens nas quais o mal-disfarçado preconceito vêm à tona, ganhando contornos e voz em cartazes, faixas, estampas e declarações.

Na Avenida Paulista, a elite branca mais uma vez destilou um veneno bastante conhecido dos pobres. Escancarando o submundo senhorial de nossas elites, as manifestações desde ano ao menos têm um mérito: tornar mais visível a herança de um passado que não cessa de persistir no presente. Essa é a maior de todas as heranças malditas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/08/2015 - Carta Maior

Imposto de Renda: retrato da desigualdade

A desigualdade que conhecemos nas ruas, nas empresas, nas periferias, nos campos fica escancarada e confirmada quando verificamos os números da Receita.

Durante muito tempo, as informações relativas ao sistema tributário brasileiro se apresentavam como uma verdadeira caixa-preta para o conjunto de nossa sociedade. Escudados na justificativa do "sigilo do contribuinte", durante décadas os responsáveis pelo órgão de arrecadação do governo federal se recusavam a revelar informações que propiciassem uma avaliação mais profunda a respeito de nosso modelo. As instituições de pesquisa demonstravam que não seria desrespeitada a privacidade das declarações anuais feitas por empresas ou indivíduos, uma vez que os dados são avaliados de forma agregada. Mas nem assim a informação era liberada.

Só mais recentemente a Secretaria da Receita Federal aceitou iniciar a divulgação de alguns dados relativos à caracterização do universo de contribuintes de alguns impostos. Talvez pressionada pela ampla aceitação de estudos como o "Capital no Século XXI", de Thomas Piketty, a instituição reconheceu o equívoco das negações anteriores e passou a adotar uma postura um pouco mais flexível. O economista francês realizou pesquisa sobre a base de dados tributários de vários países, para concluir a respeito da permanência do processo de concentração de renda em um conjunto amplo dos países. Mas lamentou publicamente não ter podido incluir o Brasil em seu universo de pesquisa, em razão da negativa da Receita Federal em oferecer a base de dados. Coincidência ou não, a partir de então algumas informações, ainda que bem restritas, encontram-se disponíveis na própria página do Ministério da Fazenda na internet.

A Constituição de 1988 definiu uma estrutura tributária com uma repartição de instrumentos de arrecadação entre a União, os Estados e os Municípios. De acordo com tal arquitetura do pacto federativo, o art. 153 da Carta estabeleceu a competência do governo central em instituir impostos sobre: i) produtos importados; ii) produtos para exportação; iii) renda; iv) produtos industrializados; v) operações financeiras; vi) propriedade rural; vii) grandes fortunas. De acordo com o texto, apenas o último deveria ser mais bem detalhado por meio de lei complementar. E lá se vão quase 27 anos de espera pela legislação que incidisse sobre o patrimônio dos milionários.

O Imposto de Renda se divide em dois subconjuntos. Uma parte se destina às pessoas físicas (IRPF) e a outra se dirige às pessoas jurídicas (IRPJ). O volume de arrecadação da parcela relativa às empresas é bem superior àquela recolhida pelos indivíduos. As informações disponíveis para 2014, por exemplo, revelam que o total dos recolhimentos de IR atingiu R$ 305 bilhões. Esse valor representa 39% do total da arrecadação federal no ano passado, excetuando-se as receitas previdenciárias. O montante pago pelas pessoas jurídicas foi de R$ 189 bi, representando 62% do total. Os R$ 115 bi restantes referem-se ao volume pago pelas pessoas físicas.

O aspecto interessante das informações agora disponibilizadas refere-se à possibilidade de se constatar o fenômeno da brutal concentração de renda em nossa sociedade. A divulgação dos dados da Receita Federal abre o caminho para um amplo espectro de pesquisas e artigos. Nesse pequeno espaço meu foco será sobre a parcela das camadas superiores da pirâmide da distribuição, uma vez que em pouquíssimas ocasiões há pesquisas identificando o topo-do-topo. Com isso, é possível verificar o que ocorre com a renda declarada dos indivíduos e o imposto de renda pago. Quando se fala em concentração no Brasil, por exemplo, a maioria das pesquisas divide o universo das pessoas/famílias nos chamados decis de renda. Assim, os "mais ricos" são identificados como um amplo conjunto composto pelos 10% que auferem renda mais elevada. Ocorre que nesse estrato estão misturados e confundidos grupos de renda muito díspares. Com os dados apresentados, pode-se segmentar os estratos de renda de forma mais refinada, sem se deixar cair na narrativa típica dos contos de fadas das chamadas classes A, B, C ou de que as famílias com renda de 2 salários mínimos passam a integrar a classe média.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

As declarações de renda de 2014 referem-se aos fatos ocorridos ao longo de 2013. De acordo com o relatório da Receita, o topo da pirâmide é ocupado pelos contribuintes que declararam uma renda anual superior a 160 salários mínimos. Considerados os valores atuais, esse patamar corresponderia a R$ 126.080 de renda mensal. Parece óbvio que se trata de uma parcela bastante reduzida da população brasileira, mas que reflete o nível extremo de nossa desigualdade. Trata-se de apenas 71.040 contribuintes em um universo total superior a 26 milhões de indivíduos que apresentaram sua declaração. Ou seja, representam apenas 0,3% do total. Não haveria razão para tanto espanto caso vivêssemos em um uma sociedade onde a tributação fosse equânime e progressiva.

Ocorre que a desigualdade que conhecemos nas ruas, nas empresas, nas periferias, nos campos fica escancarada e confirmada quando verificamos os números da Receita. As distorções incorporadas pelo sistema tributário fazem com que essa ínfima parcela seja a que menos imposto de renda paga, em termos proporcionais. A renda total desse grupo foi superior a R$ 298 bilhões, o que representa um rendimento médio anual próximo a R$ 4,2 milhões por cada declarante. Mas as facilidades e benesses concedidas às elites fazem com que 66% da renda total recebida por esse grupo sejam considerados isentos de tributação! São os famosos casos de lucros e dividendos de empresas que não são afetados pelo imposto de renda. Em geral, são pessoas que não recebem renda do trabalho, mas renda do capital.

Outra informação que chama a atenção refere-se à disparidade na distribuição patrimonial. Ainda que seja apenas declaratória e também sujeita a muito sub-dimensionamento ou sonegação, a participação da riqueza desse pequeno segmento é muito significativa. De um total de R$ 5,9 trilhões declarados pelo conjunto dos contribuintes, apenas esses 0,3% dizem ser possuidores de um patrimônio que soma R$ 1,3 trilhão - algo em torno de 22% do total da riqueza. É importante considerar que o próprio governo avalia em US$ 200 bilhões o total de recursos enviados ilegalmente para o exterior, o que resultaria em mais de R$ 700 bilhões - metade do total declarado oficialmente. Além disso, os patrimônios imobiliários normalmente são apresentados com valores inferiores aos de mercado e corre à margem das declarações um sem-número de bens não oficializados. Ou seja, o nível da desigualdade é ainda mais elevado do que aparenta.

De acordo com as informações apresentadas, a elite-da-elite contribui com uma alíquota média efetiva de imposto de renda correspondente a 2,6% sobre seus rendimentos. Esse percentual é até mesmo um pouco inferior ao estrato de 5 a 10 salários mínimos (2,9%) e muito abaixo das camadas médias que chegam a recolher entre 8% e 10%. Ora, esse quadro é exatamente o oposto do princípio da progressividade da tributação, onde os que mais recebem deveriam contribuir mais para o bem estar coletivo.

O retrato aqui descrito está apenas circunscrito à desigualdade expressa pelo modelo do imposto de renda atualmente existente. Cabem mudanças com o objetivo de eliminar as injustiças, de rever as isenções despropositadas e de estabelecer novas alíquotas para as faixas de renda. Mas também é importante ter em mente a necessidade de novos instrumentos de tributação para promover a justiça social, a exemplo do imposto sobre grandes fortunas, imposto sobre heranças e sobre as transações financeiras.